ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Registramos e agradecemos a presença do delegado André Matsushita Gonçalves, presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil de MS; do delegado Tiago Macedo dos Santos, superintendente de Segurança Pública; do senhor Dionísio Gomes, analista jurídico do Movimento dos Aposentados; do senhor Lupérsio de Degerone Lúcio, delegado-geral de Polícia Civil de MS. Agradecemos também a presença do pessoal do Colégio Nota 10 de Maracaju, professores Elias Figueiredo, Felipe Kuending, Adrielle Jahn e da auxiliar de coordenação Silvia Cabreira. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e da Democracia. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados! *"Ata da Quadragésima Segunda Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Estado do Pantanal. Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e vinte e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Renato Câmara, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* ***PEQUENO EXPEDIENTE*** *- Lida e aprovada a Ata Quarenta e Oito da Quadragésima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 6.240/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 747/2024, da Fundação Municipal de Esportes de Campo Grande.* ***SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE*** *- Usaram da palavra os deputados Caravina, Paulo Duarte, Gerson Claro e Renato Câmara. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lidio Lopes, Mara Caseiro, Coronel David, Pedrossian Neto, Zeca do PT e Junior Mochi.* ***GRANDE EXPEDIENTE*** *- Usou da palavra o deputado Caravina.* ***ORDEM DO DIA*** *- Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 103/2024, de autoria do Poder Judiciário; Projeto de Lei nº 107/2024, de autoria do Tribunal de Contas; Projeto de Lei nº 109/2024, de autoria da Defensoria Pública; Projeto de Resolução nº 101/2023, de autoria do deputado Junior Mochi e outros. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projetos de Lei Complementar nºs 1 e 2/2024, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 91/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada aos familiares de Zilá Pedrozo do Nascimento Silva. O deputado João Henrique pediu para registrar seu voto contrário ao Protocolo nº 1.681/2024, requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Zeca do PT, endereçada aos agricultores e agricultoras familiares de todo o país, pela realização, na*

última terça-feira (21), do 24º Grito da Terra Brasil, ocorrido na Esplanada dos Ministérios, na capital federal. Requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao senhor Vitor Arthur Patre, advogado tributarista, atuante nesta capital, pelos relevantes serviços prestados à advocacia sul-mato-grossense; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada à Defesa Civil; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada à Secretaria de Estado, Turismo, Esporte e Cultura (Setesc), à Superintendência de Políticas Integradas de Proteção da Vida Animal (Suprova), ao Grupo de Resgate Técnico Animal do Pantanal (Gretap), ao Corpo de Bombeiros de Mato Grosso do Sul, à Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, ao Instituto Homem Pantaneiro e à Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), pela força-tarefa enviada para auxiliar no resgate de animais no estado do Rio Grande do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada ao atleta sul-mato-grossense Yeltsin Jacques; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao terceiro-sargento da Polícia Militar Denilson da Silva Ramires e aos soldados da Polícia Militar Luiz Felipe Pimentel de Oliveira e Wendell Fernandes, por resguardarem a vida de um jovem pintor que recebeu uma descarga elétrica de alta tensão em Inocência; requerimento, de autoria dos deputados Gerson Claro e Paulo Duarte, solicitando a reserva do Plenarinho Deputado Nelito Câmara para o dia 29 de maio, às 14 horas, para discussão sobre o Projeto de Lei Complementar Federal nº 12/2024; requerimento, de autoria do deputado Pedrossian Neto, solicitando sua inclusão como membro da Comissão Temporária de Representação para Acompanhamento da Concessão da BR-163/MS - Rota do Pantanal, instituída pelo Ato nº 073/2024, da Mesa Diretora, e publicado no Diário Oficial Eletrônico de 20 de maio de 2024; requerimento de informações, de autoria do deputado Zeca do PT; indicações, de autoria dos deputados Neno Razuk, Zeca do PT, Lia Nogueira, Jamilson Name, Caravina, Marcio Fernandes, João Henrique, Pedro Kemp, Lucas de Lima e Coronel David. ***EXPLICAÇÕES PESSOAIS*** *- Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, 23 de maio do ano de dois mil e vinte e quatro."* Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, bom dia! "Expediente da Sessão Ordinária de 28 de maio de 2024: Ofício nº 120/2024, do Ministério Público Federal - Procuradoria da República, Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Zeca do PT (Prot. nº 040/2024); Ofício nº 56/2024, da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Antonio Vaz (Prot. nº 210/2024); Ofício nº 493/2024, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Professor Rinaldo (Prot. nº 472/2024); Ofícios nºs 1.572, 1.644, 1.645, 1.706, 1.708, 1.722 e 1.729/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Coronel David, Rafael Tavares, Lucas de Lima, Antonio Vaz e Jamilson Name (Prot. nº 124/2024, 643/2024, 5046/2023, 6997/2023, 6055/2023, 3955/2023); Ofício nº 235/2024, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Antonio Vaz (Prot. nº 210/2024)." Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores membros da Mesa, servidores desta Casa, público que nos prestigia, todos que nos assistem pela televisão e todos que nos ouvem pela Rádio Assembleia! Boa semana a todos! Senhor presidente, em outubro de 2023 eu apresentei um requerimento ao governo do presidente Lula, solicitando que construísse uma escola em tempo integral no bairro Jardim Centro-Oeste. Deputado Renato Câmara, aquela região é uma das mais carentes de Campo Grande. E eis que nós fomos agraciados pelo PAC Educação. Logo, não nos resta outra coisa a não ser agradecer. Portanto, venho apresentar uma moção. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de agradecimento ao excelentíssimo senhor presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com cópia ao ministro de estado de Educação, senhor Camilo Santana, pela inclusão, no PAC 2024, da construção de uma escola em tempo integral no bairro Jardim Centro-Oeste, em Campo Grande. O pronto atendimento à presente demanda demonstra o total compromisso do governo federal em levar instrumentos públicos de qualidade, que garantam, de maneira efetiva, a promoção e o desenvolvimento da educação aos que mais necessitam. Vale ressaltar, senhor presidente e deputados Pedro Kemp e Gleice Jane, que uma das regiões mais carentes de Campo Grande está sendo agraciada pelo governo do presidente Lula. A escola será construída ao lado de um negócio chamado Escola Cívico Militar, que não serve para outra coisa, a não ser formar jovens dóceis, submissos à vontade do capital. Portanto, a escola em tempo integral do governo do presidente Lula vem em bom tempo por isso. Conto com o apoio desta Casa na aprovação desta moção. Segunda coisa, senhor presidente. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de apoio ao governo brasileiro por sua proposta de taxar em 2% ao ano o estoque de riqueza de indivíduos com patrimônio superior a 1 bilhão de dólares (proposta popularmente conhecida como taxação de super-ricos), apresentada pelo ministro da Fazenda, senhor Fernando Haddad, na Trilha de Finanças do G20. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, legítima representante dos pensamentos e anseios da sociedade sul-mato-grossense, por iniciativa do deputado Zeca do PT, demonstra seu apoio à proposta brasileira de taxação em 2% ao ano do estoque de riqueza de indivíduos com patrimônio superior a 1 bilhão de dólares, apresentada pelo ministro da Fazenda, doutor Fernando Haddad, na Trilha de Finanças do G20, Grupo de Trabalho composto pelos ministros da Fazenda e presidentes dos Bancos Centrais dos países-membros do G20. Ressalte-se que, em um mundo com 8 bilhões de pessoas, a proposta idealizada pelo economista Gabriel Zucman e apresentada pelo ministro Fernando Haddad ao G20 impactaria tão somente 3 mil pessoas ao redor do globo, com um potencial de arrecadação de 200 bilhões de dólares ao ano. Isso é algo que vem sendo amplamente discutido, inclusive alguns bilionários apoiam a proposição. A proposta brasileira de taxação de super-ricos vem ganhando adesão cada vez maior dos países participantes do simpósio de tributação do G20, sendo alguns deles, França, Alemanha e EUA, em razão da necessidade urgente de redução das desigualdades sociais, bem como da necessidade do enfrentamento das

questões climáticas, não apenas para o planeta como um todo, mas especialmente para o Brasil. Ante o exposto e diante da grande importância da tomada de medidas fiscais que possam promover justiça social e econômica e combater os impactos causados pelas mudanças climáticas no mundo, a proposta de taxação dos super-ricos merece prosperar, recebendo o total apoio desta Casa de Leis. Plenário das deliberações, 28 de maio de 2024. Deputado Zeca do PT." Vale ressaltar que, segundo pesquisa realizada no Brasil, 80% da população apoia a taxação dos super-ricos no país. Outro requerimento. Requeiro à Mesa, na forma regimental, a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para o dia 10 de julho de 2024, às 14 horas, para realização de audiência pública visando discutir a saúde dos povos indígenas no estado de Mato Grosso do Sul. Destaco que serão convidados representantes dos órgãos de saúde indígena (Dsei/Sesai), Funai e Secretarias Municipais de Saúde de MS. Para a realização dessa audiência, solicito a disponibilização dos serviços de cobertura pelas mídias sociais, assessoria de imprensa, transmissão ao vivo pela TV e Rádio Assembleia, serviços de fotografia, cerimonial, copa e segurança. Vale ressaltar que trinta e cinco municípios têm algum aldeamento, os quais serão convidados para participar da reunião. O objetivo será discutir um novo modelo de saúde para os povos indígenas, haja vista que o modelo da Missão Caiuá faliu. É uma gastança sem sentido, sem impacto na vida dos povos indígenas. Solicito o apoio dos pares. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado Zeca do PT, eu gostaria de ser convidado para participar da audiência pública. Todos os colegas deputados serão convidados? Eu e a deputada Mara pretendemos nos sentar nas cadeiras da frente, porque a briga da CPI do Cimi - Conselho Indigenista Missionário, foi feita exatamente para mostrar que o modelo de saúde da Missão Caiuá estava falido... OK! Na sequência, com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares! Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez, e o secretário municipal de Governo de Dourados, senhor Wellington Henrique, solicitando a implantação de uma segunda Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no município. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar pelo senhor Weverton Matias. É evidente que a demanda por serviços médicos de urgência tem aumentado significativamente nos últimos tempos, resultando em longos períodos de espera e dificuldades no acesso aos cuidados médicos de forma oportuna e eficaz. Diante deste cenário, é imprescindível considerar a importância de se implantar uma segunda UPA 24 horas no município de Dourados. Uma nova UPA em pleno funcionamento aliviará a carga de trabalho dos servidores e garantirá que os pacientes recebam atendimento médico adequado e em tempo hábil. Isso significará uma melhoria na qualidade de vida e de saúde da população. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à senhora Adriane Lopes, prefeita de Campo Grande, e ao senhor Ednei Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando estudo no sentido de viabilizar a continuação da duplicação da avenida Conde Boa Vista, no trecho entre a rua Jandaia do Sul e a rua Capitão Mário Pio Pereira, no bairro São Conrado. A proposta em questão

visa atender à solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Marcelo Arruda dos Santos. Há, por parte da população, uma crescente preocupação com o aumento do fluxo de veículos na mencionada avenida, sobretudo após a recente implantação da avenida Wilson Paes de Barros e pelo desenvolvimento do novo loteamento do bairro Figueiras do Parque. Embora reconheçamos os esforços anteriores no sentido de se aprimorar a infraestrutura viária, é evidente que a demanda por uma via mais ampla e segura continua a crescer. Diante disso, solicitamos, encarecidamente, a continuação da duplicação da avenida Conde Boa Vista. O estudo é crucial para que as autoridades competentes possam avaliar a necessidade e a viabilidade técnico-econômica de continuação da duplicação da via. A duplicação da via é fundamental, pois garantirá a fluidez do trânsito e a segurança dos pedestres e condutores. É só, senhor presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, semana passada todos nós que gostamos de futebol fomos impactados pela notícia da prisão do presidente da Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul. Segundo denúncia, uma enorme quantidade de recursos que deveriam ser investidos no futebol, no desenvolvimento do esporte que arrasta multidões, foi desviada. O presidente afastado continua preso. Ontem, a CBF nomeou um presidente, um interventor provisório. A meu ver, seria importante, com todo respeito, que a Comissão de Educação, Cultura e Desporto promovesse uma audiência com participação dos times dos clubes de futebol, do governador e da própria CBF, para decidir o melhor nome e os encaminhamentos a serem feitos. É urgente que esta Casa se aproprie deste assunto que interessa ao povo deste estado. Afinal de contas, em 1977, nós disputamos a semifinal do Campeonato Brasileiro, e hoje temos o pior futebol do país.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — É interessante a fala do deputado Zeca do PT. Solicito que o deputado Professor Rinaldo faça esse encaminhamento. Se precisar de algum apoio da Mesa, é só avisar.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, na mesma simetria do deputado Zeca do PT, eu quero trazer o tema à pauta. Quero bater um papo com os membros da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Nós fizemos a audiência pública, da qual Vossa Excelência e o professor e doutor na área Rodrigo Terra participaram. Campo Grande foi a primeira capital do país a instituir o Sistema Municipal de Esporte, algo interessante, baseado na Lei nº 14.597, conhecida como Lei Geral do Esporte, que, depois de vinte e dois anos de luta, foi aprovada e sancionada pelo governo, ano passado. Demorou. Todo o mundo falava da dificuldade que o esporte vem enfrentando em Mato Grosso do Sul. A gente lamenta profundamente isso. Quem não se lembra do Morenão lotado?... Deputado Jamilson Name, nas

competições realizadas nos terrões vão muito mais pessoas do que na final do Campeonato Estadual. Infelizmente, o futebol do estado está em decadência. Precisamos fazer uma reunião para discutirmos o assunto. Se possível, no final da Sessão eu quero falar com os membros da comissão. Vamos marcar uma reunião com os presidentes e diretores de clubes aqui do estado. No passado, vimos os desportistas de Campo Grande e de Mato Grosso do Sul felizes no Morenão. Precisamos fazer algo pelo esporte do nosso estado. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Essa questão da lei do esporte, do sistema estadual, é interessante. É importante fazer as coisas com responsabilidade. O Judiciário está investigando a questão do desvio de recursos na Confederação de Futebol. Pode contar com toda a estrutura da Casa.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Obrigado, presidente.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu quero contribuir neste debate, porque tenho um projeto de lei que trata da paridade de gênero no que diz respeito aos investimentos no esporte. Eu tenho conversado com o secretário de Esporte sobre essa questão, e ele tem identificado dificuldades de cumprir a lei. Isso é algo que me preocupa bastante, porque o incentivo às mulheres no esporte não é para facilitar a vida do governo, é para resolver problemas de desigualdade entre homens e mulheres. Eu estive na audiência pública que o deputado Rinaldo promoveu aqui na Assembleia para discutir o sistema de esporte aqui do estado. E o que chamou atenção foi que o secretário não quis criar uma comissão para iniciar os diálogos e compreender o que seria esse sistema. Eu recebi a denúncia de que um time de jogadoras de futebol tem solicitado recursos do estado e não está recebendo. Nós estamos apurando isso também. Por outro lado, os times de homens estão recebendo recursos do estado, e os times que recebem não têm tido o mesmo desempenho do time feminino que solicita recursos. Então, de fato, precisamos de uma política séria neste estado, de uma política que regulamente a distribuição dos recursos para os times. Segundo o time de mulheres e algumas pessoas ligadas ao esporte, o único time de futebol do estado que tem chegado aos campeonatos nacionais é o das mulheres, e elas não têm conseguido o financiamento adequado. Já os times de homens conseguem, mesmo não apresentando um bom desempenho. Repito. Precisamos de uma política séria. A Assembleia precisa discutir juntamente com os desportistas um sistema de esporte mais amplo e eficiente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Quero parabenizar o colega Zeca do PT, que falou sobre algo muito sério; e parabenizar a deputada Gleice Jane também pela luta em prol das nossas atletas. Eu, inclusive, tenho um projeto aprovado aqui nesta Casa de incentivo ao futebol feminino, uma proposta que dá a elas condições de disputar os campeonatos e de ganhar igual aos homens. Essa discriminação não pode acontecer. Outra coisa que o Zeca do PT lembrou muito bem, deputado Pedro Kemp, foi que o futebol sul-mato-grossense já disputou a final do Campeonato Brasileiro. Na minha juventude, eu morava em São Paulo, jogava futebol, e sempre se ouvia falar do futebol sul-mato-grossense. A loteria esportiva apresentava dois times, o de Mato Grosso do Sul e outro. Depois disso o futebol do estado entrou em decadência, e está nessa situação há 40 anos ou mais. Não podemos admitir isso. Mato Grosso do Sul tem grandes atletas jogando em grandes times dentro e fora do país, e fica fora desse cenário. Então, a orientação do Zeca do PT é muito importante. Vamos criar aqui uma comissão para acompanhar essa situação. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu venho apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Jorge Oliveira Martins, diretor-presidente da Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul (Ageprev), solicitando a instalação de uma junta médica no município de Dourados. Esta é uma demanda de servidores estaduais que residem naquele município, naquela região, os quais precisam se deslocar a Ponta Porã ou a Campo Grande para passar pela perícia médica. Essa situação tem causado um grande transtorno aos servidores e prejuízos financeiros aos pacientes, que já estão enfrentando problemas de saúde. Outra indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando o reforço do policiamento ostensivo nas proximidades da praça situada na avenida Pedro Paulo Soares de Oliveira, no Núcleo Habitacional Universitário, em Campo Grande. De acordo com os moradores da região, o local se tornou ponto de venda e consumo de drogas, com elevado fluxo de jovens circulando pelo local diariamente. O que mais preocupa a população é que a praça está localizada ao lado da Escola Estadual Teotônio Vilela. E após as aulas, principalmente de noite, diversos alunos se aglomeram no local. E, por fim, apresento uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à professora Maria Leuda Oliveira Ferreira, pelo lançamento do seu livro "Crônicas de uma professora em tempos de pandemia", ocorrido na cidade de Coxim. A Maria Leuda é professora aposentada da Rede Estadual de Ensino que, durante a pandemia de Covid-19, encontrou na escrita uma nova paixão. No período de isolamento, ela transformou sua solidão em inspiração, tecendo palavras de sabedoria. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados e todos que prestigiam a nossa Sessão, bom dia! Quero cumprimentar de modo especial os delegados de polícia presentes. Afinal de contas, temos um projeto de interesse da categoria a ser votado em segunda nesta sessão. Cumprimento também o grupo de servidores aposentados, que merece a nossa consideração e o nosso apoio. Eu venho apresentar duas proposições, uma delas da bancada do MDB, assinada por mim e pelos colegas Marcio Fernandes e Renato Câmara. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, e ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, solicitando a construção de uma pista de manobras destinada à prática segura e regulamentada de atividades motociclísticas no município de Coronel Sapucaia, em atenção ao pedido do Grupo Motociclista Família do Grau. Este preito foi encaminhado para mim e para os colegas Marcio Fernandes e Renato Câmara. Outra indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando o aumento do efetivo das Polícias Civil e Militar do município de Angélica, devido ao aumento significativo de furtos na cidade, sobretudo na zona rural. Esta solicitação atende aos anseios da população, que tem chegado ao nosso gabinete através de ofícios da comunidade. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, deputadas, senhoras, senhores e todos que nos assistem pela TV e Rádio Alems! Quero saudar também os servidores ativos e inativos do estado que se fazem presentes nesta Sessão. Eu trago uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação aos autores do livro "Reminiscências no Tribunal do Júri", os juízes de Direito Aluízio Pereira dos Santos e Carlos Alberto Garcete; os promotores de justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos e José Arturo Iunes Bobadilla Garcia, e os advogados Fábio Trad, José Belga Assis Trad, José Marcos Maksoud Júnior, José Roberto Rodrigues da Rosa, Luciana do Amaral Rabelo, Pedro Paulo Sperb Wanderley e Ricardo Wagner Pedrosa Machado Filho. A obra tem o escopo de evidenciar julgamentos que contribuíram para a evolução da história do Tribunal do Júri em Mato Grosso do Sul e o papel de operadores do Direito. Reminiscências no Tribunal do Júri reverenciam três grandes nomes da advocacia sul-mato-grossense: William Maksoud, Ricardo Trad "in memoriam" e Renê Siufi. E registra ainda a experiência dos autores na atuação e aplicação da lei na defesa de direitos perante o Grande Júri, o que motiva o reconhecimento desta Casa de Leis. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, colegas deputados, público presente, bom dia! Servidores aposentados que estão aqui reivindicando seus direitos, estamos juntos nesta caminhada. Representantes dos delegados aqui presentes, sejam bem-vindos! Bom dia a todos que nos assistem pela TV aberta da Alems e também pelas redes sociais! Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senador Nelson Trad Filho, solicitando a viabilização de recursos federais para aquisição de um aparelho autoclave hospitalar vertical para atender a Associação Beneficente Ruralista de Assistência Médico-Hospitalar (Funrural), localizada no município de Aquidauana. O equipamento é fundamental nos hospital onde são realizadas cirurgias. O hospital de Aquidauana tem feito um grande trabalho, atende toda a região do Pantanal, realiza várias operações, e não possui um autoclave. O autoclave é utilizado para esterilizar materiais, e o do referido hospital está quebrado. Assim, os profissionais precisam levar os instrumentos cirúrgicos até Anastácio para fazer a higienização e retornar para o Funrural. Em uma reunião com o senador Nelsinho Trad, nós expusemos essa situação, e como o hospital Funrural é tripartite, recebe recursos do SUS, recursos federais, nós estamos encaminhando agora, oficialmente, este pleito ao senador, que foi muito solícito conosco. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senador Nelsinho Trad, solicitando a viabilização de recursos federais para a construção de uma quadra poliesportiva, com cobertura, no Centro Municipal da Juventude Olívio Paro Dan, localizado no município de Nova Andradina. Esta solicitação foi encaminhada ao nosso gabinete pela Câmara Municipal de Nova Andradina, através do Ofício nº 118, da vereadora Maria Aparecida dos Santos Correia Valdez. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Só para informar à Mesa e aos colegas, em especial aos membros titulares da Comissão de Cultura e Desporto, que nós decidimos fazer uma reunião, nesse primeiro momento, com todos os presidentes de clubes e com o presidente interino que foi designado pela CBF, no Plenário Nelito Câmara, na próxima terça-feira, às 14 horas. Aproveitando a presença da imprensa aqui, faço este comunicado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está registrado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Quero aproveitar a oportunidade, senhor presidente, e cumprimentar os aposentados aqui presentes e também os delegados e delegadas de polícia que participam desta Sessão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado, deputado. Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente e colegas parlamentares, eu trago um requerimento que fiz à presidência, à Mesa Diretora desta Casa. Eu vou ler aqui. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, acesso às informações e cópias de todos os contratos pactuados na Cassems que estão lançados na prestação de contas que indicou apenas a fatura vencida, sem demonstrar retroativamente a origem. Esse requerimento está fundamentado no parágrafo único do artigo 2º da lei [Lei nº 6.106, de 12 de setembro de 2023], que nós aprovamos nesta Casa. De maneira muito clara, peço que os colegas vejam, leiam, prestem atenção e me ajudem, já que toda discussão que fizemos nesta Casa sobre a Cassems, que diz ser particular, que não é pública, que é isso, que não é aquilo. Olha, eu tenho um entendimento diferente, já expus isso a Vossa Excelência. Mas o parágrafo único da lei diz: "Para o devido cumprimento do disposto no caput deste artigo é obrigatória a prestação de contas correspondente ao valor destinado por esta lei à Caixa de Assistência dos Servidores de Mato Grosso do Sul (Cassems), com a publicidade de todos os contratos e a devida prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul." Então eu deixo claro que a prestação de contas, as faturas, os lançamentos, sem o contrato, está incompleta, senhor presidente. E mais, não trazendo a Cassems tudo isso, nós temos aí ilicitudes que violam e contrariam a Lei de Improbidade Administrativa. Comete ato ímprobo aquele que tem como cumprir a lei, mas não o faz, por qualquer motivo. No caso, a não apresentação dos contratos contraria o disposto na lei. A devida apresentação de contas era condicionante para que esta Casa votasse o projeto que autorizava o estado a emprestar esse recurso à Cassems. Peço, presidente, que Vossa Excelência traga ao Plenário o Requerimento DJH nº 742. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Se eu não me engano, esse requerimento já foi respondido. Toda e qualquer solicitação de informação referente aos 60 milhões de reais emprestados pelo estado à Cassems será atendida. Vossa Excelência tem 'duzentos por cento' do amparo desta presidência. A prestação de contas foi para o deputado Londres Machado, que a encaminhou à Mesa, que a encaminhou, inclusive com a juntada, ao Tribunal de Contas. A Cassems indica um E-mail. Se Vossa Excelência fez uma solicitação de informações via E-mail e provar que não encontrou tudo o que procurava, ou provar que não houve resposta, terá, independentemente de votação, o total apoio desta presidência. Mas, se não foi feita a solicitação dos documentos via E-mail, nós não daremos encaminhamento. Só para registrar.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Perfeito, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente e colegas deputadas e deputados! Saúdo os servidores públicos aposentados e os delegados e delegadas da Polícia Civil aqui presentes! Trago algumas indicações. Indico

à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando a execução de obras de pavimentação asfáltica na MS-145, no trecho que liga a sede de Naviraí a Jateí, transpondo o assentamento Juncal. Esta solicitação é bastante antiga. Há na região vários produtores rurais, pequenos produtores, que produzem queijo, produtos artesanais, os quais precisam de melhores condições para escoar seus produtos. E no trecho que liga Naviraí a Jateí há uma produção bem grande de suínos, e de outros produtos, que precisa ser melhor escoada. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando a execução de obras de pavimentação asfáltica na MS-310, no trecho denominado Maria Vitória Dias, no município de Paranaíba. A presente indicação decorre de um pedido formulado pelos vereadores Lúcio Antônio, Edmar, Gilson Santana, Marcos Henrique, Paulo Borges, Andrew, Fernando Barbosa, Jair, Ronan e Robson Rezende. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, Mesa, Diretora, colegas parlamentares, público que se faz presente neste Plenário, servidores aposentados, delegados e público que nos acompanha pela TV e Rádio Alems! Eu trago um projeto de lei. Projeto de lei que institui a "Semana de Conscientização do Descarte Adequado do Lixo Perfurocortante no estado de Mato Grosso do Sul". Na época em que eu era vereadora em Dourados, trabalhamos lá este projeto, que impactou positivamente a região. Nós estamos tratando de uma classe trabalhadora que a sociedade não enxerga. A coleta de lixo é realizada por empresas terceirizadas, mas cabe a cada município e também ao governo do estado dar proteção aos trabalhadores. E a destinação, o descarte do lixo doméstico, o descarte do lixo hospitalar, envolve toda a sociedade. Nós estamos em maio, mês em que se comemora o Dia do Trabalhador. E abro aqui parênteses para lembrar que dia 16 é o Dia do Gari. Os garis e os coletores não desempenham o mesmo ofício: o gari faz varrição, manutenção, pintura de meio-fio, limpeza urbana; o coletor faz a coleta dos lixos doméstico e hospitalar e os levam para os lixões. Dados revelam que, aqui em Mato Grosso do Sul, essas categorias estão, hoje, entre as que mais se machucam no trabalho. Em Dourados, deputado Pedro Kemp, nós temos uma realidade ainda mais triste: na segunda maior cidade do estado, 90% da coleta é feita por indígenas, que são os únicos capazes de aguentar esse trabalho exaustivo, que não é valorizado, que não é visto por muitos de nós. Além da não valorização, os trabalhadores não dispõem de uma política de proteção. Por mais que as empresas invistam na viabilização de equipamentos de segurança e uniformes reforçados, ainda ocorrem muitos acidentes. Nós precisamos proteger os trabalhadores. Dados do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região indicam que a categoria dos coletores de lixo domiciliar é a segunda que mais sofre acidente de trabalho em Mato Grosso do Sul. Somente em 2019, esse foi o único último número oficial, deputada Mara Caseiro, foram registrados mais de quatrocentos e trinta e nove acidentes de trabalho. Os coletores se machucam por conta de garrafas quebradas, fios, arames, enfim, que não são descartados corretamente.

Quando os trabalhadores se ferem, eles ficam afastados. Isso prejudica todo o processo de coleta. Precisamos pensar sobre a questão humana e também sobre os custos relativos à terceirização. E outros levantamentos mostram que, de 2019 até agora, a profissão de coletor de lixo está entre as cinco que mais registram acidentes de trabalho. Há trabalhadores que já tiveram cortes profundos na mão e que ficaram afastados por um longo período, e há outros que ficaram afastados definitivamente do seu ofício. Então, fazer a correta destinação do lixo é uma questão de cidadania e de dignidade. Como a Assembleia Legislativa zela pela cidadania, tenho certeza de que aprovará este projeto. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não há mais oradores inscritos. Protocolos referentes às proposições apresentadas pelos senhores deputados (*De autoria do deputado Coronel David: cinco indicações (Prot. nºs 01755/2024, 01754/2024, 01756/2024, 01752/2024, 01753/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01757/2024). De autoria do deputado João Henrique: dez moções de congratulação (Prot. nºs 01739/2024, 01738/2024, 01737/2024, 01736/2024, 01735/2024, 01734/2024, 01733/2024, 01732/2024, 01731/2024, 01730/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 01726/2024, 01725/2024, 01724/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01728/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: um projeto de lei (Prot. nº 01747/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 01771/2024, 01770/2024, 01769/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01768/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 01760/2024, 01762/2024, 01763/2024, 01764/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01772/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 01767/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 01750/2024); duas moções de congratulação (Prot. nºs 01751/2024, 01765/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 01749/2024, 01748/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: dois requerimentos (Prot. nºs 01766/2024, 01761/2024); uma moção de agradecimento (Prot. nº 01759/2024).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu venho falar de duas reuniões de que participei na Casa. Em uma delas, realizada semana passada, esteve presente a doutora Adriana, que nos trouxe, entre outras informações, uma que me chocou bastante: há crianças alérgicas à proteína do leite e que não têm acesso a nenhuma alimentação que possa substituí-la, porque ela é muito cara. Durante o debate, a doutora disse quanto o estado gasta com ações judiciais e comentou sobre a dificuldade que as famílias enfrentam para acessar a alimentação adequada para a criança alérgica à proteína do leite. A família precisa buscar conhecimento para conseguir acesso a essa política pública. Hoje nós fizemos uma reunião com a Superintendência da Saúde a fim de solicitar que o alimento adequado faça parte do alimento diário das crianças nessa situação. Bastantes crianças têm alergia à proteína do leite e necessitam portanto de alimentação adequada, sobretudo nos dois primeiros

anos de vida. Isso demanda do estado recursos financeiros. Bom. A outra reunião foi realizada ontem; nós recebemos aqui o Fórum Nacional de Combate aos Impactos do Uso de Agrotóxicos. O Fórum está hoje aqui em Campo Grande, o dia todo, fazendo essa discussão. E ontem veio aqui conversar com a Comissão de Meio Ambiente. Eu, o nosso colega deputado Pedro Kemp e representantes dos deputados Zeca do PT e Renato Câmara participamos da reunião e debatemos sobre a ausência de informações sobre a quantidade de agrotóxico presente na água disponibilizada à população. O consumidor paga pela água, mas não sabe exatamente o que está tomando e nem quais componentes químicos acaba ingerindo. Então, precisamos fazer esse debate. Já existe uma portaria nacional referente a isso, e nós vamos apresentar questionamentos sobre o seu cumprimento. O problema é grave. Esta situação impacta diretamente a saúde da população. Dentro disso tudo que estamos discutindo, identificamos também a ausência de política voltada à investigação sobre os efeitos dos agrotóxicos na vida das pessoas. Há agrotóxicos na água que sai pela torneira. Isso já está comprovado. Há agrotóxicos na água dos rios. Isso afeta o meio ambiente. E nós não temos no estado nenhum laboratório que faça a devida investigação. E também não temos um laboratório que investigue a contaminação das pessoas por conta do uso de agrotóxicos. Nós precisamos fazer esse debate no estado. Vamos fazer essa discussão aqui na Assembleia Legislativa. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Grande Expediente, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, quero fazer a inversão com o deputado Pedro Kemp.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por inversão, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de 24 minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, eu trago à tribuna uma questão que nós estamos acompanhando pela imprensa há algum tempo e que tem a ver com a Assembleia Legislativa. Estou falando da contenda relacionada à preservação do Parque dos Poderes. Nós temos aprovada uma lei estadual de proteção desta reserva. Nós temos aqui uma reserva de Cerrado, inclusive com nascentes de córregos. E aqui foi implantado o Parque dos Poderes, com suas secretarias, e também a sede Tribunal de Contas e a do Ministério Público. Praticamente todos os órgãos que compõem os Poderes de Mato Grosso do Sul estão localizados nesta reserva do Parque dos Poderes. E nós tivemos aprovada uma lei que proíbe novos desmatamentos aqui. É bem verdade que essa lei abre algumas exceções, mas limita o desmatamento aqui nesta reserva. Acontece que, vez ou outra, alguns Poderes pressionam para aumentar o desmatamento e fazer estacionamentos de veículos. Recentemente, aqui atrás da Assembleia, por exemplo, no Tribunal de Justiça, fizeram um estacionamento, derrubando a mata que existia ao lado do prédio. E mais recentemente o Poder Executivo começou a pressionar para que outras áreas fossem desmatadas para construção de estacionamento. Por outro lado, existe um movimento da sociedade civil, composto por ambientalistas, professores universitários, advogados, enfim, por pessoas da sociedade interessadas na defesa do meio ambiente. Essas pessoas se juntaram

para defender a reserva do Parque dos Poderes. Esta reserva é um patrimônio do nosso estado, está na capital do estado, e precisa ser preservada. Eu quero, senhor presidente Gerson Claro e deputado Paulo Corrêa, nosso primeiro-secretário, elogiá-los, porque os senhores estão construindo aqui na área da Assembleia Legislativa um estacionamento vertical, para não derrubar nenhuma árvore do nosso entorno. A Mesa Diretora está de parabéns pela iniciativa. Que a Alems sirva de exemplo para os demais Poderes que têm sede aqui, para que a nossa reserva de Cerrado aqui do Parque dos Poderes não seja mais desmatada. Esta iniciativa deve ser copiada. Se o poder precisa de mais estacionamentos, por que não fazer sem avançar no desmatamento da nossa reserva tão importante, tão emblemática, para Mato Grosso do Sul? A questão ambiental, hoje, é uma pauta prioritária do mundo! O mundo inteiro tem discutido sobre preservação do meio ambiente e mudanças climáticas. Vejam, senhores e senhoras, o que está acontecendo no Rio Grande do Sul! O que está acontecendo lá não é o que dizem alguns negacionistas. "Ah! É uma tragédia! É fruto do acaso! É Deus que está mandando muita chuva para aquela região!". Olha, nós não podemos minimizar o impacto da ação humana no meio ambiente! No mundo todo está havendo desmatamentos, queimadas, assoreamentos de rios, poluição. Isso tudo tem consequências. A natureza está respondendo dessa forma tão violenta contra algumas regiões do planeta. Então, eu penso que nós precisamos olhar com muito carinho, com muito cuidado, para a questão da preservação ambiental. E precisamos começar pelo nosso quintal, cada um fazendo a sua parte, exigindo que se cumpram o Código Florestal e as leis de proteção ao meio ambiente. Precisamos dar o exemplo e cuidar da nossa reserva do Parque dos Poderes.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Com muita satisfação.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Eu cumprimento Vossa Excelência pelo pronunciamento em favor do meio ambiente. Concordo integralmente com o senhor no que diz respeito à necessidade de preservarmos nosso Parque dos Poderes. Quando meu avô construiu este parque, no começo da década de 1980, ele dizia o seguinte: "Eu vou fazer uma obra que, quanto mais antiga ela for, mais moderna ela será". Nossa cidade está crescendo, tornar-se-á uma metrópole, em breve terá mais de um milhão de habitantes, e no futuro terá problemas ambientais típicos de uma megalópole. E qual cidade pode se dar ao luxo de ter um pulmão verde como o Parque dos Poderes e o Parque das Nações Indígenas? As pessoas, muitas vezes, têm uma visão de curto prazo, e, para resolverem um problema de falta de estacionamento, acabam se precipitando e causando outros problemas. Muitos veem como apenas um estacionamento, e não consideram o que está por trás. Então, esta geração diz: "Olha, eu preciso de um estacionamento para resolver o problema do TJ". Amanhã o presidente de outro órgão dirá: "Eu preciso fazer um puxadinho porque precisamos crescer". É óbvio que os órgãos vão crescendo à medida que a cidade cresce, e a tentação de desmatar um pequeno pedaço e ir se ampliando ao longo dos anos é muito grande. Ocorre que, se agirmos assim, no longo prazo, em dez, vinte, trinta, cinquenta anos, teremos acabado com o Parque dos Poderes. É ruim desmatar para construir puxadinhos e pior ainda para construir estacionamentos. Não há nada mais simbólico (no sentido pejorativo) do que destruir uma mata para fazer asfalto. Acho que essa é uma péssima ideia. Quando o presidente desta Casa, junto com a Mesa Diretora, resolve

construir aqui um estacionamento vertical, ele dá uma lição aos Poderes e àqueles que estão pensando em desmatar para construir. É possível resolver os problemas com criatividade, com engenharia, sem desmatar este grande patrimônio. A iniciativa desta Casa deve servir de lição. Há como fazer estacionamento vertical, há como fazer estacionamento subterrâneo, enfim. Isso fica mais caro? Sim. Mas a pergunta é? Vale a pena gastar menos e destruir a nossa mata?... Precisamos preservar o Parque dos Poderes e o Parque das Nações Indígenas, estes patrimônios ambientais, que estão aqui no coração de Campo Grande. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu agradeço e incorporo o aparte de Vossa Excelência, deputado Pedrossian neto, ao meu pronunciamento, inclusive fazendo uma homenagem à memória do seu avô, o governador Pedro Pedrossian, que fez esta grande obra chamada Parque dos Poderes, que, hoje, é um ponto turístico; as pessoas que vêm visitar Campo Grande e conhecer a sede dos Poderes acabam encontrando aqui esta reserva, que, para nós, como disse o deputado, é o pulmão da capital. Precisamos preservar a fauna e a flora da nossa reserva. Quero fazer esta homenagem ao ex-governador Pedro Pedrossian, que foi um visionário e que nos deixou este legado de cuidar do Parque dos Poderes. Concedo, com o maior prazer, um aparte ao nosso presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agradeço, deputado. O meio ambiente é um assunto muito caro para nós. Os problemas ambientais existem. As respostas da natureza estão aí para quem quiser ver. De fato, nós estamos fazendo aqui um estacionamento vertical, por iniciativa do segundo-secretário, deputado Paulo Corrêa. Eu já fiz aqui um debate sobre estacionamento e usei como exemplo outros parques. Quem aqui já teve a oportunidade de ir à Disney (e quem ainda não foi, vá) sabe que o estacionamento lá fica a 10 quilômetros do parque e que ônibus elétricos levam as pessoas até o local. Eu já disse aqui que não precisamos fazer estacionamento no Parque dos Poderes, vamos estacionar do outro lado da BR, vamos fazer um pontilhão, e ônibus elétricos podem carregar as pessoas. Isso é comum em grandes cidades. Não atrapalha ninguém. Nosso estado ainda está em desenvolvimento. As pessoas aqui ainda têm o costume de sair para trabalhar em cima da hora. É comum, inclusive, marido e mulher trabalharem no mesmo local aqui no Parque dos Poderes e cada um sair em seu próprio carro. Trabalham juntos, vêm no mesmo horário, saem para almoçar, voltam, usam estacionamento, gastam combustível, fazem tudo aquilo que prejudica o meio ambiente. Muitos vão dizer: "Como nós vamos estacionar do outro lado e vir trabalhar de ônibus?". Ora, isto é comum em grandes cidades. Vai acontecer aqui um dia. Eu defendo isso. Acho que precisamos preservar o nosso Parque dos Poderes. Diminuir a nossa mata, só se não houver outro jeito mesmo. Aliás, penso que, quem derrubar uma árvore tem de plantar outra para compensar.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Duas. Agradeço e incorporo o aparte de Vossa Excelência ao meu pronunciamento. O estacionamento vertical que está sendo construído aqui na Alems, como eu disse, deve servir de exemplo para os outros órgãos públicos que estão aqui, para não acontecer o que o deputado Pedrossian disse, fazem um puxadinho aqui, o outro ali; e com isso a nossa reserva legal vai se reduzindo

progressivamente. Temos que fazer valer a lei de proteção da reserva do Parque dos Poderes que esta Casa aprovou! Acredito que existem alternativas! Como disse o presidente, não precisamos aumentar os estacionamentos, podemos utilizar outras áreas próximas ao Parque dos Poderes para esta finalidade. Não podemos acabar com essa reserva tão emblemática e importante para Campo Grande e para Mato Grosso do Sul. A questão ambiental é crucial. Ou nós adotamos medidas radicais de proteção do meio ambiente, ou aquilo que está acontecendo no Rio Grande do Sul poderá acontecer aqui no nosso estado também; se não pelo excesso de chuva, pela seca que se anuncia agora no Pantanal, pela diminuição do volume de água no Pantanal, em torno de 30 a 40%. E com a seca podem voltar queimadas, como as que aconteceram anos atrás, que destruíram uma área enorme do Pantanal sul-mato-grossense e do Pantanal mato-grossense. Aquela tragédia chamou a atenção de todos para o fato de que é preciso manter uma vigilância permanente, para que novas queimadas não venham a acontecer. Como disse o presidente, a natureza está respondendo à agressão que está sofrendo constantemente. As mudanças climáticas estão dizendo que a humanidade precisa se conscientizar e adotar medidas necessárias para minimizar os impactos naturais. Nosso presidente Lula tem feito essa discussão no mundo todo, por onde ele vai; ele tem visitado países, chefes de estado, tem convocado todos para essa discussão tão necessária sobre as mudanças climáticas. E o presidente Lula tem feito o compromisso de substituir os combustíveis fósseis por energia limpa, renovável, sustentável. Este é o caminho, se queremos de fato contribuir para que os efeitos das mudanças climáticas sejam minimizados. Semana passada, eu apresentei aqui um questionamento sobre a licença ambiental para desmatamento na Estrada Parque de Piraputanga, ali no Morro do Paxixi. É importante o estado também zelar pela natureza e pensar sobre essa questão de licenças ambientais para desmatamento no Pantanal. A lei de proteção do Pantanal, aprovada por esta Casa, tem regras muito importantes que precisam ser observadas. Infelizmente, nem todo o mundo cumpre a lei. Agora, o estado precisa manter um esquema permanente de fiscalização, a fim de garantir que a lei seja cumprida. Para encerrar, quero dizer o seguinte: há uma lei de proteção desta reserva, e havia um acordo para desmatar e construir estacionamento. Ocorre que tal acordo não foi homologado. E uma parte interessada no caso, que é a sociedade civil, foi à Justiça para que o desmatamento não fosse feito. O governo, através da PGE, recorreu e conseguiu uma decisão favorável, emitida por uma juíza substituta, de forma açodada, na base da canetada, para poder realizar o desmatamento. A sociedade civil, por sua vez, recorreu mais uma vez, e o juiz titular manteve a proibição ao desmatamento aqui no Parque dos Poderes. Portanto, a última decisão da Justiça está sendo favorável à preservação e contrária à iniciativa do governo em desmatar mais áreas aqui. Essa disputa judicial precisa, inclusive, ser acompanhada por esta Casa. E nós temos de apoiar a decisão do juiz titular que foi favorável à sociedade civil e proibiu o desmatamento. Existem alternativas. Se é preciso construir mais prédios para abrigar repartições públicas, isso pode ser feito em outros locais, não precisa ser tudo aqui, pode ser num bairro próximo, pode ser verticalizando, enfim. Alternativas existem. Quero reforçar a frase do nosso ex-governador Pedro Pedrossian que Vossa Excelência citou aqui. Disse ele: "Quanto mais antigo for o Parque dos Poderes, mais moderno ele será." Nós sempre haveremos de preservar esta reserva de Cerrado, tão simbólica para Mato Grosso do Sul, estado do Pantanal. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em razão do horário regimental, estamos encerrando o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Renato Câmara - MDB) — Com vinte e quatro deputados presentes, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados. Por requerimento, vamos fazer a inversão do Item 1 com o Item 4. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 02/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem/GabGov/MS nº14/2024. "Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005, nos termos que especifica. Concede aos delegados de polícia, ativos ou aposentados, e a seus respectivos pensionistas, plano de assistência médico-social, em forma de parcela pecuniária mensal indenizatória correspondente a 5% (cinco por cento) do subsídio da classe especial, Nível I, do cargo de delegado de polícia." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transportes, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por maioria, ao projeto e à Emenda de Redação nº 01, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por maioria, ao Projeto e à Emenda de Redação nº 01, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declarar o voto, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Quero declarar meu voto favorável neste projeto. Este é um pleito antigo da classe dos delegados de polícia, como já foi debatido na outra sessão, carreira típica de estado. Faz justiça a esta carreira. Não obstante este projeto, nós também vamos trabalhar o apoio às demais categorias, para que também atinjam seus objetivos. Os delegados de polícia pleiteiam este auxílio há muito tempo, desde 2017. Dando um abraço em todos os delegados presentes, eu voto favorável.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declarar o voto, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Na pessoa do delegado-geral Lupércio e do presidente da Adepol, delegado André Matsushita, cumprimento os delegados presentes. Quero parabenizar a categoria, porque esta proposta que estamos votando representa a luta que os delegados vêm travando desde 2017. Hoje, com esta votação, os deputados cristalizam esta conquista dos delegados. O deputado Caravina

também tem uma participação muito grande em tudo isso. Parabéns aos delegados de polícia de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declarar o voto, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Quero reconhecer a importância do projeto. O doutor Lupércio me esclareceu algumas dúvidas com relação ao projeto. Agora estou convencido da importância de sua aprovação. Quero colocar o nosso mandato à disposição dos colegas deputados para a proposição e aprovação de projetos importantes que estruturam e que dão confiabilidade ao Legislativo e ao Executivo. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu também quero declarar apoio ao projeto, porque este é um pleito de quase sete anos. E hoje nós e toda a categoria temos a possibilidade de vê-lo transformado em realidade, beneficiando um grupo de pessoas importantes no seio da nossa sociedade. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Na mesma seara dos deputados que me antecederam, quero, primeiro, parabenizar o segmento pela conquista. Os delegados lutaram durante anos por esse benefício que hoje vão adquirir. Quero parabenizá-los pelo trabalho, pela dedicação nas delegacias do estado. Quero reforçar o que o senhor disse em outra sessão, senhor presidente, de fato é preciso abrir concurso para delegadas, para que elas atendam nas delegacias especiais de atendimento às mulheres. Quero destacar o trabalho de excelência que as delegadas realizam nas delegacias especializadas. Quero parabenizar também o delegado Márcio Sushita e o delegado-geral Lupércio por esta conquista. E é claro que as outras categorias também estão na luta, e precisam continuar na luta. Os delegados tiveram uma conquista, e nada impede que as outras categorias também possam conquistar esse benefício. Parabéns aos delegados de Mato Grosso do Sul.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Quero parabenizar, na pessoa do delegado-geral Lupércio e do presidente da Adepol, Márcio Sushita, os delegados pela grande conquista. Há anos eles pleiteavam isso, agora estão avançando. Parabéns ao governo pela sensibilidade. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, se olharmos ali no painel, perceberemos que os deputados Gleice Jane, Pedro Kemp e Zeca do PT votaram favoravelmente, e não poderia ser diferente. Eu sou líder do PT e fui governador pelo PT, portanto falo em nome do PT. Mesmo que muitos delegados falem mal do PT, eu quero dizer que eu fui governador pelo partido que deu a maior dignidade salarial aos servidores públicos, e particularmente aos delegados deste estado. Nosso voto é favorável, mesmo sabendo que eles não gostam do PT. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Na linha dos deputados e da deputada presidente da CCJR, Mara Caseiro, quero parabenizar os delegados e lembrar que estamos votando um projeto de iniciativa do Executivo. Se não houvesse vontade da parte do governador Eduardo Riedel, isso não estaria acontecendo. Este é um antigo pleito da Polícia Civil. Cumprimento o André Matsushita, meu amigo, e as delegadas e delegados, meus amigos. E quero dizer novamente, delegado Lupércio, que a movimentação da categoria foi silenciosa, bem silenciosa, com jeito ela foi chegando, chegando, e conseguiu aprovar esta antiga demanda. Está faltando gente. Mas quero dizer que nós estamos aqui. Vamos continuar trabalhando pelo bem e por melhor remuneração para os servidores de Mato Grosso do Sul. Parabéns aos delegados!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para encerrar a declaração de voto e a votação, com a palavra, o líder do governo, deputado Londres Machado.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Senhor presidente, não é uma declaração de voto, quero apenas agradecer aos colegas deputados pelos votos favoráveis. Projeto aprovado por unanimidade. Quero dizer que a vitória é de todos. Todos ajudaram, o secretário de Segurança, o diretor-geral da Polícia Civil, os delegados, que fizeram campanha; no nosso celular já não havia lugar para mais nada, havia só pedido para votarmos de modo favorável. Esta vitória é de todos aqui. Mas não podemos esquecer que esta vitória decorreu sobretudo por conta de uma decisão do governo do estado, que ouviu o clamor da categoria, entendeu que a demanda é justa, e mandou o projeto para cá. E mandará outros projetos, que atenderão as categorias que estão aguardando o estudo que está sendo feito. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 02/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e três votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final por ter sofrido emenda. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 01/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem/GAB/GOV/MS nº 13/2024. "Dispõe sobre a integralidade e a paridade das aposentadorias voluntárias dos integrantes das carreiras da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, na forma que especifica." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Lidio Lopes. Em discussão...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu vou votar favorável. Minha expectativa é que não só os delegados, mas que todos os servidores públicos, principalmente aqueles que ganham menos, tenham a mesma compensação financeira. Caso contrário, o governo no qual acreditei será absolutamente injusto. Como eu ainda acredito no governo do Riedel, vou manifestar voto favorável, até porque o deputado Londres, a mais sábia figura política desta Casa e deste estado, líder do governo, disse para mim e para o colega Roberto Hashioka que deve vir uma proposta que atenderá os servidores públicos mais humildes. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar que a integralidade e a paridade são o reconhecimento de que a carreira da polícia recebeu tratamento diferenciado na Constituição Federal e na reforma da previdência. O estado de Mato Grosso do Sul está acompanhando essa votação, que passou até pelo STF. Agora estamos reconhecendo isso aqui no estado. Ainda em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 01/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu ouvi atentamente a declaração de voto do deputado Caravina no primeiro projeto e como ele capitaneou isso. A gente relutou aqui para não fazer essa intervenção, mas é que o Regimento, na nova formatação das videoconferências, diz que nós podemos votar pelo sistema on-line, mas não podemos participar da sessão. Eu digo isso para contribuir, porque alguns colegas já tentaram declarar o voto e fazer uma fala extensa em cima do projeto, e já foram orientados.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, eu vou responder à sua questão de ordem. Se eu estiver enganado, eu vou pedir para levantar aqui; mas o único momento em que é possível fazer manifestação é na votação. Não pode no Pequeno Expediente, não pode no Grande Expediente, e não pode nas Explicações Pessoais, mas na hora da votação pode. Eu vou confirmar aqui. Se minha memória, que é muito boa, não estiver falhando. Ainda em votação.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sem querer polemizar, deputado João Henrique, eu quero apenas declarar meu voto favorável. Eu fui relator do projeto na CCJR. O projeto faz justiça à carreira da Polícia Civil, resgata um direito adquirido na Constituição Federal, que é a aposentadoria especial dos policiais civis. A reforma da previdência, em 2019, criou uma insegurança àqueles que adentraram o estado entre 2003 e 2019. Quero agradecer ao governador Eduardo Riedel pela sensibilidade. Quero parabenizar o trabalho de todas as categorias da Polícia Civil. Este projeto vem dar tranquilidade e garantir o direito constitucional relativo à paridade e integralidade dos vencimentos da categoria. Quero parabenizar as categorias pela mobilização. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Tão importante quanto o outro é este projeto para toda a categoria da Polícia Civil. O projeto garante aos servidores, em

especial aos investigadores escrivães, a paridade e a integralidade nos vencimentos, principalmente quando vão se aposentar. Os dois projetos vieram juntos. Isso, na verdade, faz com que toda a categoria, de uma forma ou de outra, seja beneficiada. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e três votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 1. Projeto de Lei nº 031/2024. Autor: Deputado Pedrossian Neto. "Altera disposto da Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, e dá outras providências. Tem por objetivo disciplinar os critérios e condicionar a apresentação de projetos de lei que pretendam inserir datas comemorativas no Calendário Oficial, por meio de audiências públicas ou de consultas formais aos segmentos interessados. Além disso, deverá ser demonstrada a relevância do tema proposto, com relação a pontos de vista político, social, religioso, cultural ou étnico relevantes para o estado." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, enquanto os colegas terminam de votar, eu quero fazer um comunicado. Como Vossa Excelência me outorgou o papel de representar esta Casa na Comissão de Negociação de Conflitos sobre Terra, quero dizer que antes de ontem houve uma iniciativa lá em Bela Vista referente a um acampamento dos trabalhadores rurais sem terra. E a fazendeirada, armada, com jagunços e com a polícia junto, foi lá botar fogo no local e derrubar tudo. Eu fui comunicado do ocorrido e pedi que o Conselho de Gestão de Conflito fosse convocado. Ontem à tarde, eu e o desembargador Marcos Brito, grande figura por sinal, que nos tem ajudado, o secretário de Segurança Pública, o secretário de Infraestrutura, o Incra e o MDA concluímos que tal comportamento não pode mais acontecer, ainda mais com a omissão do estado. Os trabalhadores rurais que lutam por terras estão quietos, estão fazendo o seu papel de acampar para demonstrar que querem terra. O Lula não quer invasão. Agora, do jeito que os acampados estão sendo tratados, eles serão obrigados a fazer a ocupação. Eu não estarei na sessão de amanhã, por isso estou fazendo este comunicado a Vossa Excelência. Pois bem, montamos uma comissão, eu, o desembargador Marcos Brito, o Incra, o MDA e mais alguém na Casa Civil, vamos marcar uma conversa com o prefeito de Bela Vista, com a Câmara Municipal, com o Sindicato Rural e com alguns fazendeiros, às 14 horas, e vamos dizer em bom tom: não vamos mais admitir esse tipo de comportamento arrogante, selvagem, estúpido, autoritário e que não contribui absolutamente com nada

para apaziguar a situação. Eu irei ao local. Espero que esta Casa se responsabilize pelo que possa acontecer comigo. Abaixar a cabeça para eles, nunca. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 031/2024, de autoria do deputado Pedrossian Neto.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e três votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 010/2024. Autor: deputado Caravina. "Institui, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a Medalha e o Diploma de Honra do Mérito Legislativo, em homenagem ao Centenário de Helena Meirelles." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 010/2024, de autoria do deputado Caravina.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não, deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Só para declarar meu voto favorável e pedir os votos favoráveis dos colegas deputados. Espero que aprovemos esta homenagem à Helena Meirelles. Obrigado, presidente.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 091/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação de dispositivo da Lei nº 401, de 22 de novembro de 1983, acrescenta dispositivos à Lei nº 2.387, de 26 de dezembro de 2001, e dá outras providências. Tem por objetivo transferir o custeio da verba relativa ao auxílio-transporte devida aos servidores das carreiras fazendárias ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades Fazendárias (Funfaz), instituído pela Lei Estadual nº 401, de 22 de novembro de 1983, visando desonerar o Tesouro Estadual desta despesa." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transportes, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Lucas de Lima. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Coronel David. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Para declarar o voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, este é outro projeto que atende ao anseio de uma categoria aqui legitimamente representada pelo deputado Paulo Duarte. Muitas vezes, ouve-se por aí: "Olha, está sendo aprovado um auxílio-saúde para os auditores e fiscais tributários." Entretanto, é importante salientar que o auxílio-transporte, que antes era de outra fonte, passa agora para a Funfaz, e o auxílio-saúde também será pago agora com verba do Funfaz, que é o fundo estabelecido em função das autuações praticadas no dia a dia dos próprios auditores e dos próprios fiscais fazendários. Então esse auxílio não entra no ponto da Lei de Responsabilidade Fiscal, no limite de endividamento da folha, porque parte, obviamente, de um fundo fruto do trabalho e da autuação dos próprios auditores e fiscais tributários. Claro que nós queremos e pleiteamos para as demais categorias da área fazendária o direito a um auxílio oriundo dessa mesma fonte. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento, vinte e quatro indicações, uma moção de apoio e cinco moções de congratulação.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Questão de ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para questão de ordem, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Quero apenas registrar a presença da minha amiga ex-vereadora Nilva, de Mundo Novo, presidente do Republicanos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em nome do presidente estadual do Republicanos, seja bem-vinda, Nilva! Encerrada a votação. Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Não há moções de pesar. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de 10 minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares, eu quero reapresentar a Vossas Excelências, desta vez com muito mais documentos, com muito mais indícios, uma solicitação para abrirmos a CPI da Cassems, Cassems do escândalo, Cassems do Xingu. Eu assisti a um vídeo do presidente da Cassems, senhor presidente, um vídeo todo produzido com recursos da Cassems, feito dentro da Cassems, aparentemente, um vídeo feito com a ajuda de teleprompter, aparelho usado por pessoas que não conseguem, sozinhas, subsidiar seus próprios argumentos, porque se tentarem vão gaguejar, vão errar; talvez porque não estejam preparadas para fazer sua autodefesa, talvez porque não estejam preparadas para defender o indefensável. Senhor presidente, compareceu a esta Casa uma advogada representante da banca de advocacia contratada pelo doutor Ricardo Ayache, não se identificou, e queria ir ao meu gabinete. Depois eu quero entender qual foi a justificativa que ela deu para entrar nesta Casa, porque para assistir à sessão não foi. Quando alguma pessoa liga e quer subir ao gabinete de qualquer parlamentar, a gente a recebe. Eu mesmo atendo todo o mundo. Se ela tivesse me ligado, eu a teria atendido, sem problema nenhum, mesmo que a notificação que chegou ao meu gabinete tivesse vindo com assinatura diferente e mesmo que não tivesse procuração, até para que a gente pudesse auxiliá-la e mostrar qual seria a maneira adequada de se notificar um parlamentar. Digo isso porque este parlamentar está sendo, agora, depois do vídeo do presidente da Cassems, interpelado no Tribunal de Justiça. Eu tive a curiosidade de ler a interpelação. Mas, senhor presidente, acredito que esta Casa tem a grande oportunidade... Eu quero trazer isso ao público, porque servirá de precedente para blindar os parlamentares. Como pode, senhor presidente, um parlamentar que vem aqui demonstrar, embasado em documentos, severos e preocupantes indícios de que há algo muito errado acontecendo dentro da Cassems, ser interpelado? E tal interpelação criminal se chama: pedido de explicação. Por que o pedido de explicação, senhor presidente?... Aquele que não entende a gravidade das acusações pode apresentar um pedido de explicação e dizer o seguinte: "Olha, será que em algum momento ficou algo dúbio? Então vou pedir para que o interpelado esclareça a situação." Esclarecer aquilo

que já está claro. Quando, na verdade, senhor presidente, quem deveria dar explicações sobre a aquisição de uma aeronave (que os sites americanos dão conta de custar 10 milhões de reais) seria o presidente da Cassems, ele que deveria dar explicações a esta Casa. E eu, dentro do meu exercício regular de parlamentar, quero que esta Casa promova investigações sérias. Isto é o que me trouxe a esta tribuna. E se esta Casa, senhor presidente, não nos acompanhar e não nos conceder a quantidade mínima de assinaturas para que possamos investigar os contratos... Quero dizer a Vossa Excelência que não enviei o E-mail por um motivo simples, foi porque no rodapé e no ofício do presidente da Cassems fala em visualização de documentos, de notas fiscais (que ele relacionou; porque ele lança os pagamentos, que devem ter notas fiscais). Eu até pedi uma cópia para ver se era aquilo mesmo. Mas eu não quero ver as notas, senhor presidente, por isso fiz o requerimento, eu quero ver os contratos. A lei estadual faculta o acompanhamento da prestação de contas e torna incompleta a prestação de contas feita sem apresentação dos contratos. Então, já que Vossa Excelência me dá guarida e fortalece a atividade parlamentar, presidente, eu vou enviar imediatamente o E-mail, mesmo estando contrário ao que prescreve a norma que nós aprovamos aqui nesta Casa. E vou reiterar o meu requerimento apenas porque não foi facultada a apresentação dos contratos. E quero dizer o seguinte: eu não respeito quem é mentiroso. Dizer: "Vá à Justiça defender sua honra"?... A maior honra, para mim, senhor presidente, é a minha palavra. E o presidente da Cassems mentiu, senhor presidente, violando a própria honra, a própria imagem, perante vinte e quatro parlamentares. É fácil. Levante-se um aqui que esteve naquela reunião e diga que ele não mentiu, que ele não disse que entregaria todos esses documentos, sem resistência, para qualquer um que fosse procurá-lo. Mas o que ele faz? Tenta resistir à apresentação dos contratos. Eu não estou falando de um documento fiscal, não estou falando de um mero balancete. Há muitos detalhes que nós podemos, dentro de uma investigação, checar e entender que, além de mentiroso, agora o presidente da Cassems é litigante de má-fé. Porque aquele que deduz expressamente contra texto de lei, além de praticar um ato de resistência, de improbidade administrativa, viola a boa-fé do Poder Judiciário. Ele é litigante de má-fé. Ele não pode utilizar a interpelação como instrumento preparatório para tentar imputar um crime de calúnia e difamação a este parlamentar, que, pela cláusula de inviolabilidade parlamentar, pelo manto da imunidade parlamentar, tenta defender os servidores, que querem uma prestação de contas detalhadas. E não é atacar o presidente da Cassems. Os parlamentares são protegidos pelos eleitores que os trouxeram a esta Casa. E faço aqui um alerta, eu responderei, mesmo que não seja publicado no Diário Oficial, mesmo que um oficial de justiça não venha aqui, responderei, com tranquilidade, que não há dúvida lançada para que eu tenha que me explicar. O Supremo Tribunal Federal, recentemente, por diversas vezes, não só o Supremo, mas também os TJs de todos os países, de todas as Assembleias, têm um posicionamento único que revela ser incabível a interpelação judicial contra parlamentares, ainda que feita a declaração em rede social, porque se acha amparado na cláusula constitucional da imunidade parlamentar em sentido material, que é diferente de informal. Frise-se: STF. Cabe registrar que não se revela cabível a instauração de processo de natureza penal ou de caráter civil, indenização, contra congressistas por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Porque eles são amparados pela garantia constitucional da imunidade parlamentar em sentido material, tornando-se juridicamente inviável a própria formulação contra eles de pedido de explicações por interpelação judicial. Agora, quero dizer o seguinte, senhor presidente, para concluir, que o que é

mais interessante é que esses argumentos talvez não resistam a uma batida de uma CPI, não resistam a uma batida do Gaeco, coisa que a gente já viu acontecer em outros lugares, com eleições sucessivas. Aqui foi citado. Mas o mais interessante, senhor presidente, é que o presidente da Cassems diz que nós indicamos que ele teria praticado irregularidades na compra e na posterior transferência da aeronave do Xingu, que, só de painel eletrônico tem quase um milhão de reais. A maior explicação que a gente tem que dar é aqui. Vejam! "Na compra e na posterior transferência." Ele não diz que vendeu, não diz que doou. Ele poderia aqui ter dito: "Está aqui a documentação contábil; eu comprei por tanto e vendi por tanto". E os proprietários antigos que estão lançados na Anac, seis ou sete proprietários, não estão na nova empresa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para concluir. Segundo o Código Civil, uma aeronave é um bem imaterial, por mais que pareça contraditório. Mas eu pergunto: como pode uma empresa, senhor presidente, estar vigente nessas condições?... Os atuais proprietários, os sócios da empresa, não são os mesmos sócios da aeronave, como pode isto?... Há muita coisa estranha que precisa, sim, ser explicada pelo presidente da Cassems. O meu tempo. Depois eu terei a oportunidade de mostrar que, se não for esta Casa, será o Gaeco, será a Polícia Federal. Alguém vai investigar. Meu alerta e minha vontade de continuar investigando estão registrados. Peço que os colegas parlamentares assinem a CPI da Cassems do Xingu. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerradas as Explicações Pessoais. Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h30min).